

**O ‘DESENVOLVIMENTO’ PERIFÉRICO EM QUESTÃO:
AÇÃO DO ESTADO, VIRADA NEOLIBERAL
E FINANCEIRIZAÇÃO NO BRASIL**
*THE PERIPHERAL ‘DEVELOPMENT’ IN QUESTION:
STATE ACTION, NEOLIBERAL TURNING
AND FINANCIALIZATION IN BRAZIL*

Ilan Lapyda*

RESUMO: O presente artigo busca, a partir de uma perspectiva ampla sobre desenvolvimento amparada em uma revisão de literatura e apresentação de dados, analisar alguns aspectos da trajetória do Brasil desde a Era Vargas. A ênfase recai sobre o período mais recente, a partir da liberalização/financeirização dos anos 1990 e seus desdobramentos. Comparações com a Coreia visam mostrar que as decisões internas aos países são importantes e podem melhorar ou piorar sensivelmente sua situação. Contudo, elas são profundamente condicionadas pelas respectivas posições estruturais dos países no sistema-mundo, levando a um desenvolvimento contraditório nos marcos do capitalismo. Além disso, fica claro que um Estado interventor não é condição suficiente para o desenvolvimento, porém os países, periféricos em particular, claramente não podem prescindir dele, como atesta a piora do Brasil em termos sociais quando da liberalização. Por fim, o período mais recente mostra que desafios antigos e novos coexistem demandam uma superação.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Brasil; Neoliberalismo; Financeirização; Estado.

* Doutorando no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (USP); mestre em sociologia pela mesma universidade; São Paulo, SP, Brasil; e-mail: ilapyda@yahoo.com.br.

ABSTRACT: *This article seeks to analyze, from a broad perspective on development based on a literature review and some data, some aspects of Brazil's trajectory from Getúlio Vargas' government until nowadays. The focus relies however on the more recent period, that is, from the process of liberalization / financialization occurred during the 1990s and its effects. Comparisons with Korea are made to argue that countries' domestic decisions are important and can significantly improve or worsen their position, but these decisions are deeply conditioned by the structural positions of each country in the world system, leading to a contradictory development in the framework of capitalism. In addition, it is clear that an interventionist state is not a sufficient condition for development, but the periphery countries clearly cannot develop without it, as evidenced by the worsening of Brazil's social situation as a result of liberalization. Finally, the most recent period shows that old challenges and new ones coexist and require to be overcome.*

Keywords: *Development; Brazil; Neoliberalism; Financialization; State.*

1 INTRODUÇÃO

A questão do 'desenvolvimento' há muito tem atormentado países e organizações internacionais de todo o mundo. Porém, é improvável obter uma definição precisa e inequívoca do que seria um 'país desenvolvido'¹, principalmente porque ela possui dimensões qualitativas e se altera com o tempo. Desenvolvimento é um processo que diz respeito inegavelmente às dimensões social e econômica, embora esta predomine - já que se trata de uma noção inerente ao sistema capitalista e sua lógica. No entanto, outras dimensões podem ser incluídas, como a política (grau de democracia/liberdade internas e de soberania/independência, por exemplo) e, mais recentemente, a ambiental. Além disso, também em consonância com a lógica da acumulação do capital, está implícita a ideia de 'progresso': desenvolver-se é mudar para um patamar 'melhor' (qualquer que ele seja) e, sobretudo, cada vez melhor. A distinção entre países desen-

¹ A própria ONU afirma não possuir uma definição estabelecida de países/regiões desenvolvidas ou em desenvolvimento (Organização das Nações Unidas, 2014- nota de rodapé C).

volvidos e não desenvolvidos (ou em desenvolvimento), por sua vez, pode levar, ou a uma concepção etapista ingênua - de que um dia todos 'chegam lá' -, ou à constatação de hierarquias e desigualdades estruturais que levam à competição entre países/blocos regionais.

Isso posto, o intuito deste artigo não é propriamente discutir a fundo o que é desenvolvimento, mas, sem perder de vista uma concepção mais ampla, abordar algumas questões sobre a situação do Brasil nessa corrida mundial, com foco no período recente (a partir da neoliberalização e da financeirização). Primeiramente, situaremos a problemática do desenvolvimento, argumentando, a partir da teoria do sistema-mundo, que há pouca margem para uma verdadeira mobilidade dos Estados na hierarquia mundial. Em seguida, trabalharemos, em certa medida, de forma comparativa: por um lado, no tempo, retomando brevemente etapas anteriores de desenvolvimento/industrialização do país e, por outro, no espaço, tentando apreender algumas especificidades (mas também o que é geral) da situação brasileira, ao estabelecer paralelos com o caso da Coreia. Por fim, será discutida mais detidamente a questão da liberalização e financeirização no país, mostrando como elas representaram uma mudança importante nos rumos do seu desenvolvimento em termos econômicos, sociais e políticos.

2 UM JOGO DIFÍCIL DE VIRAR

Immanuel Wallerstein tornou-se um intelectual reconhecido mundialmente pela elaboração de sua teoria do “sistema-mundo”, cujo fundamento é a constituição de uma economia capitalista mundial por volta do século XVI na Europa. Desde então, em consonância com as forças motrizes do capitalismo, essa economia-mundo veio se expandindo na longa duração de forma a realmente abarcar todo o globo. Wallerstein ressalta que duas regiões distintas em contato só passam a integrar de fato o mesmo sistema quando os produtos que intercambiam deixam de ser de “luxo” e passam a ser essenciais (instituindo uma divisão do trabalho). Esse foi precisamente o sentido geral das colonizações.

Contudo, contrariamente ao tom apologético que o termo “globalização” adquiriu, o autor explica que se trata de um sistema profundamente hierarquizado, de modo que, dentre os elementos essenciais de uma economia-mundo capitalista, figuram: uma única divisão mundial do trabalho, a produção para o mercado mundial visando ao lucro e a emergência de três zonas de atividade econômica - centro, semi-periferia e periferia (Wallerstein, 1985, p. 30–31). Entre essas zonas, observam-se desequilíbrios persistentes no comércio de mercadorias e estruturas estatais heterogêneas - mais robustas no centro e mais fracas na periferia. Pode-se interpretar tais desvantagens estruturais da periferia como sendo ao mesmo tempo fruto do imperialismo e aquilo que o viabiliza - o que se confirma pelo duplo papel que Wallerstein atribui à semi-periferia: um, político, de evitar um sistema polarizado patentemente desigual através de uma camada intermediária (uma espécie de ‘classe média’), a fim de prevenir rebeliões políticas dos setores mais desfavorecidos; e outro, político-econômico, de receber o capital que busca custos menores - dada a tendência de aumento dos salários no centro -, evitando crises econômicas que se tornariam políticas (Wallerstein, 1975, p. 4).

Nesse sentido, o posicionamento estrutural dos países na economia-mundo - desde sempre numerosos na periferia e escassos no centro - não parece deixar espaço para muitas transformações da situação da periferia como um todo, o que desacreditou completamente o discurso em voga nos anos 1990 de vitória da democracia e do livre-mercado. Ao contrário:

Longe de ser um sistema de livre concorrência entre todos os vendedores, trata-se de um sistema no qual a competição se torna relativamente livre somente quando a vantagem econômica dos estratos superiores é tão claramente estabelecida, que a operação desimpedida do mercado serve, na realidade, para reforçar o sistema existente de estratificação (Wallerstein, 1975, p. 1)

Cabe esclarecer, pois é o que confere sentido ao presente artigo, que individualmente os países podem adotar estratégias capa-

zes de os levar a melhorar sua situação e eventualmente a mudar de zona. Porém, tal possibilidade é condicionada por fatores estruturais e de forma nenhuma está aberta a todos ao mesmo tempo. EUA e Japão são exemplos dos raros países que ascenderam ao centro e a Coreia melhor sensivelmente sua posição no pós-guerra, tendo ingressado na OCDE em 1996. Por outro lado, a incorporação da África e de certos países asiáticos ao sistema-mundo ampliou a periferia, a Argentina piorou sua posição ao longo do século XX e a Nigéria fracassou em sua tentativa de se desenvolver. Assim:

Para ser bem concreto, em termos teóricos, não é possível a todos os Estados se 'desenvolverem' simultaneamente. O tão propalado 'fosso que se amplia' [*widening gap*] não é uma anomalia, mas um mecanismo básico contínuo de operação da economia mundial. Evidentemente, alguns países podem se 'desenvolver'. Porém, aqueles que ascendem o fazem às expensas de outros, que declinam. (Wallerstein, 1975, p. 7)

Em suma, parte-se da constatação de que o sistema-mundo capitalista é estruturalmente hierarquizado e que, de modo geral, embora países possam mudar sua posição, eles são muito poucos a fazê-lo, não havendo alteração significativa da estrutura como um todo (seja ela bimodal ou trimodal e independentemente dos critérios precisos utilizados para se classificarem os países).

3 O BRASIL DESENVOLVIMENTISTA

Se, apesar dos condicionantes estruturais, os países podem adotar medidas que os levem a uma situação melhor, não se pode desprezar na análise os casos particulares. Por isso, cabe retomar alguns aspectos da trajetória do desenvolvimento brasileiro, sobretudo na segunda metade do século XX. Recorre-se aqui principalmente aos dados e argumentação da obra de Kohli (2004), na qual são analisados comparativamente casos de desenvolvimentismo periférico, inclusive o do Brasil, em um período relativamente longo.

Embora seja recorrente apontar o ano de 1930 como o marco da industrialização no Brasil, esta já havia começado no final do século XIX e ganhado certo fôlego. A partir da ascensão de Vargas, ocorrem transformações importantes rumo à centralização e modernização do Estado brasileiro, que se torna mais apto a conceber e implementar políticas de industrialização:

O crescimento industrial no Brasil, iniciado no final do século XIX, deu-se a uma taxa média de 5% ao ano por três décadas, adquirindo novo vigor nos anos 1930, ao evoluir a uma taxa média de 9% ao ano entre 1930 e 1947. Ao final da Segunda Guerra Mundial, mais de 20% do produto nacional brasileiro originava-se na indústria, um nível próximo ao da Coreia. (Kohli, 2004, p.137-138)

Contudo, afirma Kohli, o Estado sob o governo Vargas tinha sua eficiência limitada e não incorporou em seu projeto de capitalismo a vasta periferia agrícola do país. O Brasil ficou, assim, em uma posição intermediária: embora sendo um dos mais industrializados entre os países periféricos (especialmente da América Latina), posteriormente não logrou os mesmos resultados que países como Japão e Coreia, permanecendo dependente de capital, tecnologia e mercados estrangeiros.

Porém, aqui nos interessa especialmente o processo ocorrido mais recentemente, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Ainda segundo Kohli (2004, p. 169), o Brasil experimentou dois períodos de rápida industrialização seguidos de declínio/estagnação. Importante notar que, embora tenham envolvido Estados interventores na economia, suas estratégias e ambientes políticos foram bastante distintos: o primeiro, do pós-guerra até os anos 1960, ocorreu em uma democracia - ainda que formal -, priorizando a substituição de importações; o segundo, de fins dos anos 1960 até a década de 80, sob uma ditadura militar que buscou se abrir mais para o exterior, impulsionando as exportações.

No primeiro período, de 1945 a 1964, os governos recrutaram um grupo de burocratas qualificados para serem responsáveis por uma série de funções econômicas que o Estado desempenhava,

controlando instituições importantes, tais como o BNDE (antecessor do BNDES) e o Banco do Brasil. Com o objetivo claro de substituição de importações, o Estado interveio em vários setores industriais. Desse modo, a industrialização foi conduzida sobretudo por empresas estatais (principalmente onde o setor privado decidiu não investir) e capital estrangeiro (o que revela a ambiguidade do nacional-desenvolvimentismo brasileiro). O processo envolveu gastos públicos expressivos (política econômica expansionista), aumento de impostos, restrições à importação e controle do câmbio e do comércio exterior. O BNDE, através da concessão de crédito, foi relevante na orientação dos investimentos, que foram menos expressivos para o capital nacional do que para o estrangeiro². Isso remete ao peso governamental também no setor financeiro durante o período: no início dos anos 1980, 70% da poupança interna ainda estava nas mãos de instituições públicas, o que constituía a principal fonte de crédito para investimentos privados (Kohli, 2004, p. 208).

O capital estrangeiro considerou o Brasil atrativo em grande medida pela sua trajetória prévia de crescimento e pelo seu vasto e protegido mercado interno, tornando-se responsável por mais de 40% da substituição de importações (Kohli, 2004, p. 183). O Estado, por sua vez, interveio no sentido de que o investimento externo crescesse em parceria com o capital nacional (embora, via de regra, este tenha ocupado posições subordinadas na cadeia produtiva). Tal estratégia, por outro lado, facilitou a operacionalização do imperialismo: durante as instabilidades dos anos 1960, as remessas de lucro para fora chegaram a representar um terço das receitas de exportação, por exemplo.

Quando a crise se abate sobre o país nos anos 1960, ocorre a transição para o regime militar, sem que o intervencionismo e desenvolvimentismo fossem abandonados. Logo, o que estava em jogo não era o modelo em si, mas a instabilidade por ele mesmo produzida ao ter feito emergir novas forças sociais, notadamente um proletariado urbano e uma elite política populista. O golpe, em alguma medida, foi a via política adotada de continuar o processo de industrializa-

² Esse fator separa radicalmente o Brasil da Coreia, cujo governo concentrou esforços na criação de uma industrialização baseada em empresas nacionais e preferia tomar empréstimos no exterior a recorrer ao IED, a fim de controlar melhor os investimentos (Lee, 2012, p. 162).

ção de modo intensificado, refreando a inquietação social. Por outro lado, devido à natureza do regime, a elite e a classe média estavam divididas, limitando a atuação do Estado; e o governo só manteria sua legitimidade se houvesse crescimento contínuo. Consequentemente, na fase final do período militar (a partir de 1974), quando a crise internacional agravou o cenário ruim, intensificou-se a estratégia do endividamento para garantir a continuidade do crescimento, o que levou a sérios problemas fiscais.

Situando a questão historicamente, era interessante tomar empréstimos, pois os juros no exterior eram baixos. Porém, a decisão de manter o crescimento mesmo com um cenário internacional desfavorável significou transferir para as gerações futuras um custo pesado: a dívida externa multiplicou-se por cinco entre 1973 e 1978 e a questão fiscal deteriorou-se enormemente nos anos 1980, após o rápido e expressivo aumento dos juros pelos EUA (que redundou na crise da dívida na América Latina). Essa questão é fundamental para o que será exposto mais adiante.

Em suma, apesar de inúmeras diferenças entre o período do pós-guerra e o da ditadura militar, havia objetivos parecidos no que se refere ao desenvolvimento. Não é necessário, para nosso argumento, explorar as diferenças existentes, mas ressaltar que o Estado se utilizou de uma série de instrumentos para intervir na economia e promover a industrialização capitalista do país em um ambiente doméstico e internacional de certa forma favorável a esse modelo. Em todo o período analisado, o país manteve-se dependente do exterior, o que, por um lado, permitiu uma industrialização rápida, porém, por outro, gerou déficits importantes na balança de pagamentos e um desenvolvimento subordinado, já que os setores econômicos mais dinâmicos ficavam nas mãos de empresas multinacionais.

Em termos de desenvolvimento econômico estrito, portanto, houve um salto qualitativo ao longo do século XX: o país passou da situação de baixa para média renda, urbanizou-se e adquiriu um parque industrial diversificado. Contudo, ao se refletir de forma mais ampla, o Brasil chegou aos anos 1990 com um IDH baixo/médio, uma das piores distribuições de renda do mundo (sobretudo se com-

parada a de países de características semelhantes) e dependente do exterior; passou por uma profunda regressão política (ditadura militar); e, embora a questão ambiental ainda não fosse tão candente como atualmente, fez pouco por uma exploração sustentável dos recursos naturais. A Coreia, por sua vez, conheceu períodos de industrialização mais sólidos e chegou a um patamar, pelo menos segundo certos critérios econômicos (PIB per capita) e sociais (distribuição de renda), significativamente superiores aos nossos, embora conduzidos boa parte do tempo por um Estado autoritário - que dirigia de perto a economia e reprimia o consumo para gerar poupança, por exemplo³. Isso mostra que as exigências econômicas no capitalismo na maior parte das vezes conflitam com os ideais democráticos, tornando difícil um progresso simultâneo em todos os âmbitos e, portanto, gerando contradições em termos de desenvolvimento.

4 A ENTRADA NO NEOLIBERALISMO

Nos anos 1980, o Brasil passou por uma situação econômica difícil - a chamada 'década perdida', cujo um dos componentes essenciais foi a crise da dívida - e por uma transição política com o término da ditadura. Esses fatores confluíram para uma mudança decisiva nos rumos do desenvolvimento brasileiro na medida em que abriram caminho para a implementação do neoliberalismo. Tal programa político-econômico só encontrou a oportunidade histórica para ser de fato implementado no mundo a partir dos anos 1970, exatamente como resposta à crise econômica mundial. O 'Consenso de Washington' serviu de sistematização dos princípios do neoliberalismo e os transformou em um programa prático. Na América Latina, instituições como o FMI e o Banco Mundial foram os principais vetores na implementação da cartilha neoliberal, pressionando os países a realizarem reformas - sobretudo através da questão da

3 Não se trata, portanto, de adotar um tom apologético em relação à Coreia. Em termos mais amplos de desenvolvimento, como concebido neste artigo, ela deixou muito a desejar em termos políticos. A ditadura coreana durou praticamente desde a independência (pós-Segunda Guerra) até o final dos anos 1980 e sua atual presidente é filha do ex-ditador Park Chung-Hee. Além disso, sua trajetória na segunda metade do século XX é indissociável da dinâmica do leste asiático, puxada principalmente pelo IED japonês (Arrighi, 1996, p. 344 e seg.).

dívida externa e da necessidade de crédito. No Brasil, a liberalização da economia e as reformas estruturais ocorreram fundamentalmente ao longo dos anos 1990 durante mais de um governo, mas sobretudo no de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Entre as principais mudanças figuram, primeiramente, a abertura comercial, que implicou a eliminação das antigas barreiras não tarifárias, assim como a drástica redução das tarifas de importação. Isso facilitou os investimentos externos diretos, inclusive em novos setores. Além disso, houve reformas estruturais - como a da previdência - e as privatizações, que visavam ao ‘enxugamento’ do Estado a fim de melhorar sua eficiência e ajustá-lo em termos fiscais. As privatizações no âmbito federal entre 1991 e 2002 somaram mais de R\$100 bilhões⁴, cujo ápice foi atingido em 1997 e 1998 (mais de 60% do valor foram nesses dois anos) e mais da metade das aquisições foi por capital estrangeiro (Garagorry, 2007, cap. 4).

Embora o ideal da ortodoxia neoliberal fosse a transferência completa da regulação do Estado para o mercado, na prática os governos não têm como abrir mão de todas as suas prerrogativas e da sua atuação em termos de planejamento. No Brasil, não foi diferente, mas, pelo conjunto de medidas apontadas acima, é possível perceber como o país se abre ainda mais para o capital estrangeiro, por um lado, e como o papel do Estado se transforma e sua intervenção na economia se torna mais restrita, por outro. Em que pesem os benefícios em termos, por exemplo, de produtividade e transferência de tecnologia que a globalização trouxe para parte dos países, o quadro institucional em que ela ocorreu no Brasil aumentou a vulnerabilidade externa e a dependência do país sob muitos aspectos, indo na contramão de objetivos desenvolvimentistas.

Não obstante, tão ou mais importante foram as medidas que abriram espaço para o processo de ‘financeirização’⁵ - que, a partir de 1999 (segundo mandato de FHC)⁶, parece ter se consolidado no

4 É preciso lembrar, porém, que alguns mecanismos permitiram que os compradores recuperassem boa parte dos ágios obtidos pelo Estado na venda.

5 Esse conceito não se refere a um simples aumento da riqueza financeira em relação ao investimento produtivo, mas a um processo mais amplo de transformações não só econômicas, mas sociais e políticas. Esta concepção, baseada na obra de François Chesnais, está desenvolvida em Lapyda (2011).

6 Para uma apresentação detalhada das medidas adotadas pelos sucessivos governos federais que levaram à financeirização do país e suas implicações, consultar (Garagorry, 2007).

Brasil (inclusive já acompanhado de uma crise cambial). Isso pode ser constatado pelas principais ações do governo federal que beneficiam o capital financeiro internacional. Primeiramente, a abertura e desregulamentação financeiras em si, que permitiram a entrada de capital estrangeiro através dos mercados financeiros e a operação com moeda estrangeira pelos nacionais (mudanças na conta CC 5), assim como a diversificação das operações e a entrada de novos atores no mercado (para além dos bancos). A abertura financeira gerou três grandes consequências: privatização, concentração e desnacionalização do setor no país. Além disso, procedeu-se a uma política de altas taxas de juros reais e câmbio flutuante (com tendência de valorização) que favoreceu os investimentos financeiros, sobretudo vindos do exterior e alocados em papéis da dívida pública. Por fim, houve a adoção de uma política fiscal contracionista, que liberou recursos para o pagamento de juros.

A presença da financeirização pode ser verificada ainda por meio da concentração das bolsas de valores e do próprio capital acionário, da expansão da dívida pública e do aumento vertiginoso do capital fictício⁷. A relação entre a formação bruta de capital fixo (indicador de investimentos produtivos) e o PIB era de 25% nos anos 1970 e caiu para 14% nos anos 2000 (Paulani, 2008, p. 273); entre 1975 e 2004, a despesa com serviços de fatores de produção⁸ cresceram 1085%, o PIB 129% e o PIB per capita apenas 42% (Paulani, 2008, p. 77). Dessa forma, o PIB brasileiro é superado em volume pelo capital de aplicação financeira (CAF)⁹ como um todo em 1999 (568 bilhões de reais, contra 536 bilhões) e pelo capital fictício em 2004 (646 bilhões de reais, contra 604 bilhões) (Garagorry, 2007, p. 239). Ademais, um importante fator que indica financeirização é a mudança na composição do próprio CAF, cuja proporção de capital fictício (ações, títulos da dívida pública) se torna maior do que a de capital portador de juros (capital de empréstimo dos bancos): em

7 Eduardo Pinto vai além e faz uma análise quantitativa de uma série de variáveis, tais como lucro líquido e patrimônio líquido. O resultado é que o setor financeiro (portanto, a fração bancário-financeira da classe capitalista) foi o que teve melhor desempenho econômico no governo FHC (Pinto, 2010).

8 Lucros e dividendos de investimentos diretos e juros de empréstimos intercompanhia; lucros, dividendos e juros de investimentos em carteira; e juros de empréstimos convencionais.

9 Seguindo Garagorry (2002), "capital de aplicação financeira" refere-se aqui à soma do capital portador de juros (capital de empréstimo dos bancos) e do capital fictício (soma da capitalização bursátil com a dívida pública) em circulação.

1982, 65% do CAF correspondia ao capital portador de juros, contra 22% em 2006 (Garagorry, 2007, p. 237).

Apesar do controle da inflação, boa parte das expectativas com relação à liberalização em termos de recuperação econômica não se cumpriram - assim como em outros países¹⁰. As taxas de crescimento foram modestas e o desemprego subiu, em grande medida pelos efeitos desindustrializantes da valorização cambial e da abertura comercial agressiva, e pelo recuo dos investimentos públicos. A associação usualmente feita pela ortodoxia econômica entre abertura e crescimento parece não ter se verificado no caso do Brasil. Segundo Vernengo, embora os anos 1980 tenham ficado conhecidos como a 'década perdida', nos anos 1990 o crescimento e os salários reais foram ainda menores e a taxa de crescimento da produtividade foi inferior aos patamares do período de substituição de importações (Vernengo, 2006, p. 43–44 e 54). O Investimento Externo Direto pode, inclusive, ter efeitos negativos no investimento doméstico, caso expulse as empresas nacionais do mercado e use insumos importados¹¹.

No Brasil, ele teve, assim, muito pouco impacto positivo nesse quesito, na medida em que metade dele serviu para realizar mudanças na propriedade do capital (privatizações; fusões e aquisições) e boa parte do restante serviu para modernizar as multinacionais existentes ou criar novas. Além disso, a internacionalização do sistema bancário não produziu os efeitos esperados em termos de barateamento do crédito e dos serviços financeiros, pois os recém-chegados adotaram comportamento semelhante ao dos já instalados no país (Freitas e Prates, 2001, p.100).

Quanto ao tão propalado ajuste fiscal, não foi realizado de fato, ou melhor, foi empregada a lógica de dois pesos e duas medidas: houve cortes, por exemplo, nas aposentadorias (reforma da Previdência) e reajustes conservadores do salário mínimo, mas aumento

10 Harvey (2008) aponta que o fracasso do neoliberalismo em recuperar as taxas de crescimento e re-dinamizar a economia foi geral. Em muitos casos, o lucro aumentou sem que o investimento seguisse o mesmo movimento, o que se relaciona com a financeirização. O autor ressalta que o resultado mais expressivo do neoliberalismo foi, na verdade, restaurar o poder político da classe capitalista. Especificamente sobre o Brasil, Freitas e Prates (2001) também defendem que a abertura financeira não só não obteve os resultados desejados, como aumentou a vulnerabilidade externa do país.

11 Quanto à entrada do capital financeiro estrangeiro, este dirigiu-se prioritariamente aos mercados secundários de ações, e isso não estimulou as emissões primárias como meio de financiamento das empresas (Freitas e Prates, 2001, p.92).

do componente financeiro do déficit em função da financeirização (política de juros altos). O pagamento de juros da dívida pública correspondia a 7,1% dos gastos governamentais em 1994 e subiu para 15% em 1999 e a relação dívida externa/PIB em 1999 estava, por sua vez, em 40% (Vernengo, 2006, p. 52 e 47, respectivamente). Em termos de impactos sociais, portanto, o período de liberalização assistiu a uma queda dos salários reais em relação à 'década perdida' (e ainda mais acentuada em relação ao período de substituição de importações), alterando a distribuição funcional da renda em favor do capital. Houve também encolhimento da indústria, como mostram os dados sobre a região metropolitana de São Paulo, coração do setor no Brasil: o emprego na indústria caiu de 48,7% em 1990 para 32% em 1999. Por fim, por um lado, o desemprego aumentou (mais de 80% entre 1995 e 1999) e, por outro, constatou-se uma degradação do mercado de trabalho, com disparidades maiores de salários e aumento da informalidade (Vernengo, 2006, p. 54–56).

5 UMA COMPARAÇÃO OPORTUNA

Um olhar sobre elementos da liberalização da Coreia do Sul é esclarecedor quanto ao que estava em jogo no caso brasileiro. Como na maioria dos países, sobretudo fora do centro, na Coreia ela veio como promessa de solução de uma crise econômica - que se abateu sobre o país no final dos anos 1970, levando a desequilíbrios macroeconômicos. Ela somou-se ainda a problemas internos específicos - principalmente o grande poder adquirido pelos *chaebols* e o esgotamento do regime de acumulação coreano (You, 2006). O processo de liberalização se iniciou, assim, no começo dos anos 1980, mas transcorreu de forma bastante distinta do que no Brasil. Em vez de um processo relativamente rápido, deu-se ao longo de duas décadas e por etapas, evitando durante um bom tempo efeitos sociais negativos mais pronunciados. Primeiramente, implementou-se gradativamente a abertura comercial desde o início dos anos 1980, mantendo-se por certo tempo a proteção de alguns setores-chave. Também ao longo da década, houve a liberalização financeira, com a privatização de

bancos - que continuaram, contudo, seguidos de perto pelo governo - e a desregulamentação do sistema financeiro e das taxas de juros.

Nos anos 1990, a pressão sobre a Coreia aumentou, principalmente com sua entrada na OCDE em 1996, e mais medidas liberalizantes foram então tomadas, em especial a abertura da conta de capital. Como avalia You (2006, p. 210), “essas medidas se mostraram desastrosas”. A substituição da disciplina burocrática (estatal) pela do mercado não ocorreu como o previsto, pois os *chaebols* acabaram impondo sua dominação. Além disso, a entrada de capital estrangeiro foi pouco supervisionada, o que aumentou os ativos ruins no sistema financeiro e a dívida externa. Como resultado do grande influxo de capital estrangeiro, a Coreia viu seu endividamento externo de curto-prazo crescer enormemente em relação às suas reservas monetárias. Estava criada uma fonte substancial de vulnerabilidade para o país, e, em 1997, ocorre uma importante crise cambial. Em contrapartida do socorro do FMI, a Coreia foi impelida a realizar as tradicionais reformas neoliberais (privatizações, desregulamentação do mercado de trabalho, etc.). Se, com as primeiras etapas da liberalização, a Coreia ainda conseguiu manter bons índices de crescimento (mais de 5%) (You, 2006, p. 212), a crise a levou à sua pior recessão desde a guerra civil dos anos 1950. A distribuição de renda piorou sensivelmente, a pobreza aumentou e os impactos só não foram maiores, pois o governo rapidamente elevou os gastos com ajuda social. Apesar de efeitos negativos mais duradouros da crise, a recuperação se mostrou relativamente rápida (ainda que incompleta), devido à ajuda financeira externa para a estabilização da moeda e à elevação da demanda puxada pelo setor privado, mas também pelo governo.

A liberalização gradual e a relativa persistência da presença do governo na Coreia não levou, como no Brasil, à desindustrialização nem a um fraco crescimento¹². Os problemas sociais mais severos só se manifestaram com a crise econômica em si, após - e isso é fundamental - a abertura da conta de capital. Isso corrobora a proposição de Vernengo (2006, p. 59) de que a natureza do regime financeiro é mais relevante para se entender os rumos e os perigos do desenvolvimento

¹² Embora ele já tenha sido menor do que no período anterior, o que You (2006, seq. 2.3) atribui, em grande medida, a uma crise subjacente do regime de acumulação coreano.

do que o regime de comércio - ou seja, substituição de importação ou orientado para exportação¹³. Isso significa que uma liberalização em todos os níveis simultaneamente é muito mais desestabilizador, e que mercados financeiros mais controlados conferem aos governos mais instrumentos de intervenção/estabilização. No caso brasileiro, por exemplo, não fosse a guinada no desenvolvimento adotada e os interesses de classe predominantes, teria sido possível controlar mais os juros e diminuir o peso da dívida, liberando recursos para outras finalidades e minimizando alguns efeitos da financeirização.

O caso da Coreia exemplifica, portanto, que os países periféricos e semi-periféricos são muito suscetíveis aos processos e pressões internacionais. O neoliberalismo não foi uma decisão soberana e singular de governos, mas um movimento amplo que atingiu tanto a América Latina como, de certa forma, os países asiáticos, levando à liberalização e desregulamentação. Todavia, fica igualmente claro que, através da ação estatal, a implementação de certas medidas pode matizar alguns efeitos. No caso brasileiro, isso era menos provável devido à própria história do desenvolvimento do país: a burguesia brasileira sempre teve seus interesses relacionados/subordinados ao estrangeiro, não conformando um 'nacionalismo prático', diferentemente da Coreia, que, ao ter vivido um processo de descolonização mais recente e combativo, levou a mudanças importantes na configuração de classe (com a expropriação da elite japonesa e a reforma agrária) e a um Estado desenvolvimentista de fato 'nacionalista'.

6 O BRASIL NO SÉCULO XXI

O caráter falacioso do discurso neoliberal foi apresentar como vilão a intervenção estatal, ao passo que casos como o da Coreia e do Japão, considerados bem-sucedidos, sugerem que a questão não é o intervencionismo em si. Sem ignorar os inúmeros problemas institucionais da atuação estatal¹⁴, boa parte dos problemas enfrentados pelos países em geral, e pelo Brasil em particular, na realidade se

13 O que, aliás, é uma comparação problemática de partida ao se considerar os dois países em questão, já que a Coreia também se apoiou massivamente na substituição de importações.

14 Que acometem muitos países (e o Brasil em particular), tais como indicações políticas para cargos chave e ineficiência/lentidão operacionais e na tomada de decisões.

devem ao cenário mundial e às contradições do próprio capitalismo - muitas vezes agravadas pela inação dos governos nacionais. Como discutido anteriormente, a ação do Estado em países periféricos é crucial e levou a rumos distintos em cada país, minimizando ou maximizando suas oportunidades.

Retomando o início deste artigo, a posição subordinada do Brasil na economia-mundo restringe suas possibilidades e condiciona sua atuação em muitos aspectos. Se, no âmbito do modelo de desenvolvimento adotado - de industrialização impulsionada por capital estrangeiro e multinacionais -, a liberalização de sua economia levou ao aumento de competitividade de alguns setores, à entrada de capitais e à internacionalização de algumas empresas, também redundou, por outro lado, em desnacionalização de (muitas) outras (ex. privatizações, fusões e aquisições); concentração de capital; aumento da dependência tecnológica e das remessas de capital; repatriarização das exportações; e financeirização.

Se o Brasil já vinha sofrendo os efeitos do imperialismo pela posição que ocupa, a financeirização reforça ou acrescenta novos mecanismos de subordinação - em especial um rentismo em maior escala, sustentado por uma dívida pública expressiva em um ambiente de desregulamentação financeira. Desde 1947 (início da série histórica do IBGE), o Brasil tem o PNB menor do que o PIB, ou seja, ele é um exportador líquido de capital¹⁵. Depois de um pico durante a década perdida, seguido de um período de baixa entre 1990 e 1996 (equacionamento da dívida), as perdas internacionais em relação ao PIB voltaram a crescer, coincidindo com a financeirização do país (Garagorry, 2007, seç. 5.1.4).

Não se pode ignorar as decisões específicas adotadas dentro do modelo desenvolvimentista brasileiro - fruto da correlação de forças na luta de classes -, que privilegiou o consumo da elite e a industrialização subordinada ao capital externo, reproduziu uma péssima

15 Segundo esse critério, a Coreia também tradicionalmente ocupou uma posição subordinada, mesmo após sua entrada na OCDE. Segundo dados sobre o período de 1970 e 2013, desde 1972 ela veio apresentando PNB menor do que o PIB. 2010 foi o primeiro ano em que a relação se inverteu, condição que se manteve nos anos seguintes (Knoema, 2014). Por outro lado, em termos de porcentagem do PIB, a diferença entre PNB e PIB da Coreia na condição de exportadora de riqueza foi sempre muito menor (mais vantajosa) do que a do Brasil. Isso se explica, em boa medida, pela diferença de modelos: o coreano baseado no capital nacional e o brasileiro sustentado pelo capital internacional/multinacionais.

distribuição de renda e manteve a economia altamente dependente de importações. Porém, a questão é que o Estado possuía instrumentos e a iniciativa política de intervir e de alguma forma promover a industrialização e 'moldar' o desenvolvimento (embora de forma mais limitada do que na experiência coreana). Em um momento histórico que se tornou desfavorável às iniciativas mais desenvolvimentistas, o receituário neoliberal se instalou rapidamente e reduziu em grande medida a iniciativa estatal nesse sentido, o que se mostrou desastroso para países periféricos/semi-periféricos.

Ficou claro, portanto, que a rápida liberalização provocou desestabilização no país, gerando problemas sociais substanciais sem uma contrapartida em termos de crescimento econômico. Se o Estado continua, tanto quanto antes, enredado no jogo de interesses internos e externos, ele teve parte de seus instrumentos de intervenção extintos ou limitados, reduzindo ainda mais a possibilidade de se definirem metas para o conjunto da economia e da sociedade. Além disso, em termos mais gerais, as privatizações representam também a ampliação da mercantilização da sociedade¹⁶ e funcionaram, no Brasil, como mais uma via de penetração do capital internacional (facilitada pela financeirização), resultando no aprofundamento das relações de subordinação imperialistas¹⁷.

Não é possível, neste espaço, analisar profundamente o período pós-liberalização, mas alguns comentários são pertinentes para reforçar a argumentação desenvolvida. Por um lado, o período Lula (2003-2010) apresenta diferenças em relação ao anterior que precisam ser consideradas numa análise mais política e que representaram avanços relativos - ainda que ambíguos - em termos sociais, tais como crescimento econômico significativamente maior (impulsionado, é verdade, pelo cenário internacional favorável até a crise e

16 Ao submeter setores, às vezes essenciais, à lógica do mercado. Isso se relaciona de perto com o processo de "acumulação por espoliação", como argumenta Harvey (2004, cap. 4, 2008, cap. 6).

17 Não só no sentido estratégico, mas, como exposto anteriormente, de evasão da riqueza produzida internamente. Em um ambiente financeirizado, a presença do capital internacional 'importou', para boa parte das empresas, a governança corporativa, um modelo de gestão que prioriza os acionistas (distribuição de lucros e dividendos) em detrimento do investimento produtivo.

2008¹⁸ e por políticas de estímulo ao consumo via crédito¹⁹), aumento significativo do emprego formal (ocorrido, no entanto, sobretudo no setor de serviços e no comércio²⁰ e com remuneração de até 1,5 salários mínimos (Ipea, 2011, p. 9)), ampliação das políticas sociais redistributivas e aumento real mais pronunciado do salário mínimo (redundando em uma melhora da distribuição de renda²¹ e redução da pobreza). É preciso enfatizar que tais resultados foram obtidos precisamente onde houve intervenção estatal buscando promovê-los.

Por outro lado, não parece ter havido propriamente uma ruptura de modelo de desenvolvimento com relação ao governo anterior. Em primeiro lugar, em seu primeiro mandato (2003-2006), Lula manteve a ortodoxia estrita na política econômica, pró-capital financeiro (Paulani, 2008; Pinto, 2010) e não apenas não interrompeu como, em alguns aspectos, aprofundou as mudanças em curso²². Uma vez que politicamente teria sido muito difícil reverter o processo dos anos 1990, apesar da reorientação dos investimentos do BNDES - que deixou de ser um financiador de privatizações e passou a investir mais nos 'campeões nacionais' -, das políticas de incentivos/desonerações, do Programa de Aceleração do Crescimento, etc., não se restabeleceu um Estado propriamente desenvolvimentista²³. Nesse sentido, nos anos 2000, a indústria continuou fraquejan-

18 Por outro lado, em favor do argumento aqui apresentado, os efeitos negativos da crise de 2008 foram amenizados no Brasil em grande medida pela ação dos bancos públicos, que mantiveram a disponibilidade de crédito ao setor privado.

19 O crédito para pessoa física em proporção do PIB passou de 6% em dez/2002 para 14,6% em dez/2010 - (Febraban, 2012).

20 35,1% dos mais de 12,5 milhões de empregos formais criados entre 2005 e 2010 foram no setor de serviços. O comércio também contribuiu com uma parcela expressiva, de 22,1% (Governo Federal do Brasil, 2007; Ministério do Trabalho e do Emprego, 2015).

21 Cabe observar que a diferença de renda é apenas um dos indicadores relativos às iniquidades sociais. A desigualdade de patrimônio, as diferenças regionais e a concentração fundiária são alguns dos outros elementos fundamentais que costumam ser pouco tratados. Mesmo quanto à distribuição de renda, contudo, costuma-se usar o Índice de Gini, baseado na Pnad (pesquisa em que a renda é declarada, ocasionando uma subestimação da mesma sobretudo nas faixas mais altas). Uma pesquisa com dados mais precisos - do Imposto de Renda de Pessoa Física - mostra que não houve desconcentração de renda no topo da pirâmide brasileira (Medeiros; Souza; Castro, 2015).

22 Sobre as medidas de continuidade do governo Lula a esse respeito, ver Garagorry (2007, cap. 3). Mesmo no segundo mandato, o tripé da ortodoxia (metas de inflação, câmbio flutuante sujo e ajuste fiscal) permaneceu.

23 Até porque a política econômica ortodoxa só foi alterada de forma mais pronunciada durante parte do primeiro governo Dilma. Boito Jr. tentou dar conta dessas diferenças propondo uma análise política em termos de uma "frente neodesenvolvimentista" que teria sucedido a "frente neoliberal". Apesar de certo otimismo, o autor pelo menos é prudente ao afirmar que se trata do desenvolvimentismo possível dentro do modelo capitalista neoliberal periférico, ou seja, de um "programa de política econômica e social que busca o crescimento econômico do capitalismo brasileiro com alguma transferência de renda, embora o faça sem romper com os limites dados pelo

do enquanto o agronegócio prosperou, beneficiando-se da demanda internacional, sobretudo chinesa, por *commodities*. As exportações brasileiras continuaram a se apoiar fortemente nesse segmento²⁴, de modo que se permaneceu muito dependente de um setor baseado na concentração de terras e cuja atividade é ambientalmente predatória (Castro, 2014) e socialmente pouco significativa (proporcionalmente, emprega pouco e produz uma parte pequena dos alimentos a serem consumidos internamente (Glass, 2011)).

Como resume Gonçalves (2011) de forma bastante crítica, houve durante o governo Lula, sob todos os aspectos, um “nacional-desenvolvimentismo às avessas”. Segundo dados econômicos dos anos 2003 a 2010, o processo de desindustrialização e de reprimarização das exportações continuou, redundando em “dessubstituição” de importação. Em conexão com isso, a dependência tecnológica se aprofundou, assim como a desnacionalização do capital - que implicou aumento da relação entre as remessas de lucros e dividendos para fora e o PIB. Por fim, ainda se constataram a perda de competitividade internacional, o aumento da vulnerabilidade externa e a concentração do capital (sobretudo no setor financeiro), além da já mencionada continuidade da dominância financeira.

Nesse sentido, uma consequência mais profunda da transformação do Brasil em uma plataforma de valorização financeira, calcada sobretudo em juros reais elevados e valorização cambial, é a fragilidade dos ganhos obtidos e a dificuldade de se alterar o modelo. Um exemplo interessante ocorreu no primeiro governo Dilma: apesar da alteração substancial da política econômica em favor da indústria (sobretudo reduzindo expressivamente os juros e desvalorizando o câmbio) e da promoção de desonerações, os investimentos não vieram como o previsto. Embora o cenário mundial negativo provavelmente tenha influenciado, o que parece pesar significativamente é o fato de a financeirização reduzir a diferença de interesses entre capitalistas ‘industriais’ e ‘financeiros’. A facilidade em se obter lucro no setor financeiro promove reorganizações internas às

modelo econômico neoliberal ainda vigente no país" (Boito Jr., 2012, p. 5).

24 Mais de 40% das exportações brasileiras se devem atualmente ao agronegócio e, desde 2002, esse índice nunca foi menor do que 35% (Ministério da Agricultura, 2015).

empresas e faz com que seja preciso mais para estimular o investimento produtivo. Mais do que isso, dificultar a possibilidade de ganho financeiro e reduzir os instrumentos de controle do capital sobre a economia contraria interesses poderosos, de modo que Rugitsky (2015) sustenta a hipótese de que houve uma “greve de investimentos” como resposta às medidas adotadas²⁵. O resultado foi nova elevação dos juros e, diante da recente crise econômica, intensificou-se a pressão para medidas de austeridade que penalizam a área social, mas pouco o capital (sobretudo o financeiro).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito deste texto foi mostrar que sem romper com a estrutura hierárquica produzida pelo capitalismo global, sem criar, pois, uma concepção alternativa do que é desenvolvimento e de como se desenvolver, não parece possível se desvencilhar da posição (semi-) periférica. Pensando nos marcos da ordem capitalista vigente, mostrou-se ser possível trilhar caminhos distintos e melhorar relativamente sua situação em determinados aspectos. Porém, o caso da Coreia revelou que os condicionantes estruturais pesam decisivamente e que não é possível avançar sem contradições importantes e sem se constituir numa exceção. Como visto, o preço a se pagar pelos avanços econômicos e sociais foi um sistema político autoritário por décadas, cujas marcas ainda se fazem sentir.

O caso brasileiro, por sua vez, mostra que apenas ter um Estado interventor não garante o desenvolvimento em sentido amplo; é preciso considerar a posição do país no sistema-mundo, a correlação de forças da luta de classes (ínterna e externa), as características institucionais do Estado e a qualidade das medidas adotadas²⁶. Por outro lado, enfraquecer alguns instrumentos de intervenção do Estado (e sua disposição para agir) se mostrou prejudicial nos anos 1990, de modo que o desenvolvi-

²⁵ André Singer também analisa esse processo sob um viés político, tentando explicar por que a fração industrial da classe capitalista não acompanhou Dilma quando esta atendeu a boa parte de suas reivindicações. Em suma, os industriais esbarrraram em seus próprios limites de (fração de) classe contraditórios, recuando ao ver que o Estado ampliava 'demasiadamente' a intervenção na economia (mesmo a seu favor) (Singer, 2015).

²⁶ Cabe indagar até que ponto o Brasil (e os BRICS) tem condições de também se tornar uma exceção no mesmo sentido da Coreia.

mento - periférico em particular - dificilmente pode prescindir dele²⁷. Os efeitos disso continuaram a ser sentidos nos anos 2000 e só foram revertidos ou minimizados nas áreas em que, justamente, o Estado atuou mais fortemente para contrabalancear as forças de mercado.

Desse modo, o Brasil se vê frente a um grande desafio em termos de desenvolvimento: resistir, em um período de hegemonia neoliberal, às forças de mercado - que tendem a desfavorecer os países periféricos em geral; e transformar o Estado, fortalecendo os interesses das classes mais desfavorecidas e combatendo a ineficiência, o patrimonialismo e a corrupção, de forma a imprimir novos rumos ao desenvolvimento. É importante lembrar que a corrupção no Estado está intrinsecamente ligada às relações com o setor privado e com o 'mercado'. Ela atinge o sistema político como um todo, sobretudo no nosso 'presidencialismo de coalisão', em que a formação de maioria parlamentar praticamente obriga a acordos espúrios, não programáticos, e a troca de 'favores'. O Estado fica, assim, à mercê de elites político-econômicas que defendem prioritariamente seus interesses privados e o 'desenvolvimento' que melhor lhes convém. Por outro lado, o período Lula mostrou, mesmo timidamente, que o pêndulo pode ser deslocado para o lado dos interesses populares, embora a trajetória do governo Dilma indique que esses avanços são restritos e podem até ser revertidos diante de crises econômicas e de mudanças nas forças políticas no comando.

Realizar uma mudança substantiva exige, portanto, enfrentar questões recentes de primeira ordem: uma revisão profunda da política econômica, da forma de inserção internacional e da relação do Brasil com o capital financeiro nas últimas décadas. Igualmente fundamental é lidar com desafios históricos nunca resolvidos. Trata-se, sobretudo, de reformas estruturais, como, por exemplo: uma reforma agrária que de fato desconcentre a propriedade da terra e forneça boas condições de vida para os trabalhadores rurais; uma 'revolução' tributária para promover maior justiça social e tornar o financiamento do Estado menos dependente da dívida pública e da armadilha inerente a

27 Não se deve esquecer, por exemplo, que, no Brasil, "os bancos públicos são os únicos que financiam de forma mais expressiva os setores agrícolas e agroindustriais e concedem a maioria dos financiamentos imobiliários de longo prazo" (Freitas e Prates, 2001, p.101); e que, como mencionado anteriormente, eles tiveram papel estratégico na manutenção do crédito quando os efeitos da crise mundial de 2008 chegaram ao Brasil.

ela; a quebra da oligopolização da mídia, que influi decisivamente na agenda política; e uma reforma política que elimine a corrupção estrutural dos processos eleitorais²⁸ e ‘democratize a democracia’ - fazendo do Estado de fato o palco dos conflitos sociais e receptivo às demandas da ampla maioria da sociedade. Isso, contudo, dificilmente virá de dentro do sistema político atual, sendo necessário muita pressão popular - mais intensa, radical e contínua do que foi em 2013.

REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, G. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BOITO JR., A. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. *Fórum Econômico da FGV/SP*, 2012.
- CASTRO, F. de. Agricultura causa 49% do desmatamento tropical, diz relatório. *Estadão*, 15 de set. de 2014.
- FEBRABAN. In: http://www.febraban.org.br/bd/FRProjetos.asp?id_grupo=760&id_assunto=31&id_item=84&id_pastaMA=8&id_assuntoMA=31%20&id_assuntoME=0, acesso em 21 de jul. de 2015.
- FREITAS, M. C. PRATES, D. A abertura financeira no governo FHC: impactos e conseqüências. *Economia e Sociedade*: Campinas, nº 17, pp.81-111, dez. 2001.
- GARAGORRY, J. A. Economia e política no processo de financeirização do Brasil (1980-2006). 2007. *Tese* (Doutorado em Ciências Sociais) Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 317 p.
- GLASS, V. Agricultura - Agricultura em família. *Desafios do desenvolvimento (IPEA)*, Vol. 8, nº 66, 27 jul. 2011.
- GONÇALVES, R. Nacional-desenvolvimentismo às avessas. *Anais do I circuito de debates acadêmicos IPEA*, 2011.
- GOVERNO FEDERAL DO BRASIL. In: http://dados.gov.br/dataset/relacao-anual-de-informacoes-sociais-rais/resource/701f638b-bc06-4c20-a018-acd6826e34ff?inner_span=True, acesso em 16 de jul. de 2015.

²⁸ A proibição do financiamento empresarial de campanha já é um passo nesse sentido.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.

IPEA. In: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110804_comunicadoipea104.pdf, acesso em 11 de jan. de 2016.

KNOEMA. In: <http://pt.knoema.com/UNNAMAD2015/national-accounts-main-aggregates-database-1970-2013>, acesso em 22 de jul. de 2015.

KOHLI, A. *State-Directed Development Political Power and Industrialization in the Global Periphery*. New York: Cambridge University Press, 2004.

LAPYDA, I. A “*financeirização*” no capitalismo contemporâneo: Uma discussão das teorias de François Chesnais e David Harvey. 2011. *Dissertação* (Mestrado em Sociologia) Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 223 p.

LEE, Y.-I. South Korea's globalization in the late twentieth century: an end to economic nationalism? In: D'COSTA, A. P. (Org.). *Globalization and Economic Nationalism in Asia*. Oxford: Oxford University Press, 2012. pp. 157–176.

MEDEIROS, M.; SOUZA, P. H.; CASTRO, F. A. DE. O Topo Da Distribuição De Renda No Brasil: Primeiras Estimativas Com Dados Tributários E Comparação Com Pesquisas Domiciliares (2006-2012). *Dados*, Vol. 58, nº 1, pp. 7–36, 2015.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. In: <http://www.agricultura.gov.br/internacional/indicadores-e-estatisticas/balanca-comercial>, acesso em 23 de jul. de 2015.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO. In: <http://portal.mte.gov.br/geral/estatisticas.htm>, acesso em 17 de jul. de 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. In: <http://unstats.un.org/unsd/methods/m49/m49regin.htm#ftnc>, acesso em 30 de jul. de 2015.

PAULANI, L. *Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*. 1a. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

PINTO, E. C. Bloco no Poder e Governo Lula: grupos econômicos, política econômica e novo eixo sino-americano. 2010. *Tese* (Doutorado em Economia) Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade

Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 307 p.

- RUGITSKY, F. Do Ensaio Desenvolvimentista à austeridade: uma leitura Kaleckiana. *Carta Maior*, 8 de maio de 2015.
- SINGER, A. Cutucando onças com varas curtas: O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Novos Estudos – Cebrap*, Vol. 102, pp. 39–67, 2015.
- VERNENGO, M. Belindia Goes to Washington: The Brazilian Economy after the Reforms. In: TAYLOR, L. (Org.). *External liberalization in Asia, post-socialist Europe, and Brazil*. Oxford ; New York: Oxford University Press, 2006. pp. 42–64.
- WALLERSTEIN, I. Dependence in an interdependent world: the limited possibilities of transformation within the capitalist world economy. *African Studies Review*, Vol. 17, nº 1, pp. 1–26, 1975.
- WALLERSTEIN, I. Three Stages of Africa Involvement in The World-Economy. In: GUTKIND, P. C.; WALLERSTEIN, I. (Org.). *Political Economy of Contemporary Africa*. London: Sage, 1985. pp. 30–57.
- YOU, J.-I. The Long and Winding Road to Liberalization: The South Korean Experience. In: TAYLOR, L. (Org.). *External liberalization in Asia, post-socialist Europe, and Brazil*. Oxford ; New York: Oxford University Press, 2006. pp. 207–231.

Recebido em: 27/05/2016.

Aprovado condicionalmente: 13/10/2016.

Aprovação final: 25/10/2016.